

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR: ANÁLISE DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE GUARABIRA – PB

Autores: ¹SILVA, José Otávio da. ²SILVA, Regina Celly Nogueira da.

1. Professor/UEPB/CH/DG. otavioepb@gmail.com; 2. Professora/UEPB/CH/DG. rcelly51@hotmail.com

Resumo do artigo: Este trabalho analisa a constituição e a organização do Programa de Educação Especial denominado Sala de Recursos, enfocando seu papel no processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular realizado nas denominadas salas de Atendimento Educacional Especializado – AEE, no município de Guarabira-Pb. O referido programa tem como missão contribuir para a apropriação do conhecimento por parte dos alunos especiais e, dessa forma, colaborar para seu processo de inclusão escolar e social. Como objetivo, buscou-se analisar a operacionalização das salas de AEE na rede municipal de ensino em Guarabira-PB, a partir da sua constituição e do trabalho realizado pelos docentes. Inicialmente, o trabalho traça um breve histórico da educação inclusiva; a seguir, explicita sobre o programa denominado Sala de Recursos, contextualizando-o tanto em nível municipal onde há características construídas historicamente – como em nível federal, com as chamadas Salas de Recursos Multifuncionais. Sendo um estudo é resultado da pesquisa de campo realizada com professores e especialistas concursados na área de educação inclusiva, que atuam em salas de Recursos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental da rede municipal de Guarabira., tendo como aporte teórico os estudos de MANTOAN (2005), MITTLER (2003) e toda uma leitura que discute o processo de inclusão na escola a partir de uma perspectiva emancipadora, o estudo em pauta, evidencia os caminhos da inclusão na rede pública de ensino, como forma de trazer à tona a atual política de inclusão no contexto da escola pública. A pesquisa, mostra através dos dados coletados, que são muitos os profissionais envolvidos no desenvolvimento das atividades nessas salas, desde os professores e equipe pedagógica das escolas até a equipe técnica da Secretaria de Municipal de Educação. Este trabalho, conclui que ser professor de AEE, é promover nas escolas uma verdadeira educação inclusiva, proporcionando uma escola que aceita e entende estes estudantes dentro das suas dificuldades

Palavras-Chave: Educação, Escola, Inclusão.

1 Introdução

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença



como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas.

Portanto, o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial apresenta a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos.

Essa mudança na valorização se efetua pelo resgate dos valores culturais, os quais fortalecem a identidade individual e coletiva do indivíduo, bem como pelo respeito do aprender e construir. Cada aluno numa sala representa características próprias e um conjunto de valores e informações que os tornam únicos e especiais, constituindo um ritmo de aprendizagem, o desafio da escola hoje é trabalhar com essas diversidades na tentativa de construir um novo conceito do processo ensino-aprendizagem de modo que sejam incluídos neste processo todos que dele, por direito, são sujeitos.

Um dos grandes desafios que se coloca a escola inclusiva são a preparação, interação e conscientização da equipe pedagógica, bem como na formação, participação e formação de professores, ainda que se façam necessários programas de formação mais significativos para uma qualificação maior desses profissionais.

Não tem como falar em educação de qualidade sem mencionar uma formação continuada de professores; que já vem sendo considerada, juntamente com a formação inicial, uma questão fundamental nas políticas públicas para a educação. A rede municipal de Guarabira conta com uma formação continuada: “Buscando Competência para Incluir na qual temos a participação de 40 profissionais entre eles professores coordenadores, gestores e cuidadores com temas voltados para inclusão. O professor é um agente fundamental no processo de inclusão, mas ele precisa ser apoiado e valorizado, pois sozinho não poderá efetivar a construção de uma escola fundamentada numa concepção inclusiva. Para tanto se faz necessário a preparação de todo o profissional que constitui a educação, como fator chave para a promoção e progresso das escolas.

A rede municipal de Guarabira, conta com professores com formação e conhecimento da língua de sinais e de braile. O AEE de Língua Portuguesa e AEE em Libras e Braille são ministrados por profissionais com formação em Licenciatura e Proficiência em Libras. A sala do AEE é equipada com recursos audiovisuais como: TV aparelho de DVD, retroprojeter, computadores. Na rede municipal existe três escolas polos para o Atendimento Educacional Especializado, quais sejam: CE Ascendino Toscano e CIEEC Centro Integrado de Educação e Cultura salas tipo I e o CE Edivardo Toscano uma sala tipo II.

2 A educação inclusiva: concepções sobre o tema

A educação inclusiva aponta para a transformação de uma sociedade mais igualitária. Na escola, é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular.

Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade dos alunos. É uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.

A política educacional no Brasil tem buscado universalizar o ensino fundamental, garantindo matrícula infantil e juvenil, pois “o movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política e cultural, social e pedagógica que desencadeia os direitos de todos a estarem juntos aprendendo e participando sem discriminação”. (Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, pagina 10)

A inclusão perpassa pelas várias dimensões humanas, sociais e políticas, e vem gradualmente se expandindo na sociedade contemporânea, de forma a auxiliar no desenvolvimento das pessoas em geral, de maneira a contribuir para a reestruturação de práticas e ações cada vez mais inclusivas e sem preconceitos.

2.1 A operacionalização da inclusão na escola

A educação especial é uma modalidade de ensino destinada a educando portadores de necessidades educativas especiais no campo da aprendizagem, originadas quer de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, quer de características como altas habilidades, superdotação ou

talentos. A construção da escola inclusiva exige mudanças nessa cultura e nas suas conseqüentes práticas.

Nós saberemos que educação inclusiva foi completamente atingida quando designações como “escola de inclusão”, “sala de aula inclusiva”, “os estudantes de inclusão” já fizeram parte de nosso vocabulário educacional. A inclusão somente sobrevive como um assunto enquanto alguém é excluído. (MITLER apud GIANGRECO, 2003, p.163)

A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. Sendo assim, respeitando-se as possibilidades e as capacidades dos alunos, a educação especial destina-se às pessoas com necessidades especiais e pode ser oferecida em todos os níveis de ensino.

O ambiente escolar como um todo deve ser sensibilizado para uma perfeita integração. Propõe-se uma escola integradora, inclusiva, aberta à diversidade dos alunos, no que a participação da comunidade é fator essencial.

Entre outras características dessa política, são importantes a flexibilidade e a diversidade, quer porque o espectro das necessidades especiais é variado, quer porque as realidades são bastante diversificadas no país.

3 Metodologia

Para realizar a pesquisa utilizamos a metodologia com abordagem qualitativa, baseada nos pressupostos da pesquisa-ação, que visa desenvolver ações para implementar ou rever uma prática pedagógica das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). Esses dados são importantes para conhecer a realidade atual da pesquisa sobre atendimento educacional especializado na educação inclusiva.

3.1 Caracterização dos Participantes

Dentro dessa reflexão, Pletsch e Glat (2010) afirmam que a pesquisa-ação é: 1-democrática, na medida em que possibilita aos participantes se envolverem com a pesquisa, influenciando-a e relacionando-a com as ações das suas vivências diárias; 2- é interpretativa, uma vez que todas as perspectivas e opiniões dos participantes têm legitimidade, em vez de serem as opiniões do pesquisador as únicas consideradas; 3- finalmente, é crítica, pois envolve todos os participantes



numa posição reflexiva diante das ações a serem tomadas, ou analisadas, para possíveis mudanças que possam vir a desenvolver.

A pesquisa está sendo desenvolvida em salas de recursos multifuncional das escolas pública localizada no Município de Guarabira/PB. Para a coleta de dados foram utilizados procedimentos como à observação participante (registro em diário de campo), análise documental, registros fornecidos pela escola e documentos oficiais federais e locais.

A produção e análise de pesquisas e trabalhos científicos que investiguem como está sendo realizado o trabalho nas SRM são de grande importância para produzir material a ser analisado e, a partir disso, surgirem propostas de adequação e melhora do ensino para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. A própria legislação determina que as escolas devam se estruturar para a política da inclusão escolar.

O trabalho de campo se desenvolveu através do acompanhamento quinzenal das práticas desenvolvidas nas salas, realizando concomitantemente, encontros com as docentes para discussão sobre o que foi observado, bem como para aprofundamento teórico.

3.2 Instrumentos de coletas de dados

Na coleta de dados foi utilizados procedimentos como à observação, análise e leitura de livros, vídeos e palestra sobre o processo de inclusão, ministrada pela Diretora Martinha Clarete Dutra dos Santos (Marta Dutra) e representantes da Diretoria de Políticas de Educação Especial. Como referencial teórico, empregamos a perspectiva histórico-cultural a fim de encontrar melhor compreensão das especificidades do desenvolvimento dos alunos nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM).

3.3 A interpretação dos dados coletados pesquisa: pontos para reflexão

Nesse primeiro eixo da pesquisa constatamos que rede pública do município de Guarabira tem 33 escolas 20 na área urbana e 13 na área rural, destacar que se incluem nestas, as escolas de zona rural, com educação do campo que por possuírem um número reduzido de alunos e situarem-se em lugares mais afastados e em algumas áreas tem se registros de alunos incluídos na inclusão. Podemos constatar que 40% das escolas inclusivas já fazem esse trabalho a pelo menos cinco anos,

quando praticamente iniciou-se esse processo de adequação no município. O que demonstra o crescimento da inclusão no município de forma considerável e efetiva.

A observação realizada nas escolas 50% dos professores já são conscientes da possibilidade de terem inserido em sua classe, alunos com algum tipo de necessidade especial.

Sala de Recursos Multifuncional do município de Guarabira atende alunos com deficiência auditiva, deficiência intelectual, deficiência física, TDG, autismo e baixa visão. O atendimento é feito em pequenos grupos ou individual com a finalidade de desenvolver as potencialidades dos alunos com vistas a uma melhor integração pessoal, social, valorizando seu conhecimento prévio, utilizando material pedagógico conforme as necessidades, o interesse e a idade do aluno, de modo a facilitar o acesso deste aluno ao currículo desenvolvido nos diferentes anos.

O município de Guarabira tem cinco salas de AEE que funciona como polo nos turnos manhã e tarde. Os polos são distribuídos em cada bairro da cidade, proporcionando acesso a toda população.

As salas de AEE da rede Municipal é composto por pedagogos, fonoaudiólogos, psicólogos, assistente social as que avaliam os alunos e dão orientações para o trabalho com o mesmo. Quinzenalmente realiza-se encontros pedagógicos para estudos e acompanhamentos do educando através registros de fotos, cadernetas, plano de trabalho. No bimestre final de cada bimestre será enviando um relatório do professor que realiza o atendimento acompanhado pelo coordenador escolar. Cada bimestre realiza-se reuniões com os pais de alunos atendidos nas Salas de AEE onde são ministradas palestras com temas relacionados aos educando.

O atendimento tem como objetivos trabalhar as reais necessidades dos alunos, respeitando os ritmos e estilos diversos de aprendizagem, facilitando o processo de inclusão. Desenvolver a autonomia dos alunos facilitando a aquisição de seus sistemas de valores; favorecer a compreensão de conhecimentos relacionados a aplicação de situações de vida;

Contribuir para o desenvolvimento das potencialidades de cada aluno; desenvolver o autoconhecimento na expressão das emoções; favorecer o desenvolvimento de habilidades inter e intrapessoais, disponibilidade permanente para aprender, desejo de vir a ser livre e feliz, facilitando a caminhada ao saber.

As atividades nesta sala têm uma dinâmica de trabalho condizente com as potencialidades e necessidades dos alunos e dos recursos a serem adaptados, utilizando materiais diversificados tais como jogos pedagógicos, pranchas de comunicação, computador, massinha, cola colorida, recorte, colagem, tinta guache, gibis, livros de histórias, argila, bola, corda, lápis mais grosso, papel A3,

revistas, jornais, DVD, cd, entre outros. Todas as atividades são realizadas de acordo com os temas do projeto da escola.

O Atendimento Educacional Especializado é uma forma de propiciar oportunidades para inclusão sendo um espaço de transição para aquisição de hábitos e atitudes facilitando a convivência social numa classe especial ou regular de ensino.

Ao realizar este trabalho encontro dificuldades nas escolas com espaço físico inadequado para trabalhar professor e recursos pedagógicos que propiciem atividades diferenciadas e de utilidade para a vida do aluno.

No que se refere ao processo de inclusão destes alunos, acredito no AEE para alcançar este objetivo, mas percebo a necessidade de que os alunos jovens possam se beneficiar também com o trabalho de oficinas pedagógicas funcionais, salas de convivência e oficinas profissionalizantes para favorecer a entrada no mercado de trabalho.

A prática no AEE é diversificada, de acordo com a clientela. Os profissionais atuam com alunos que apresentam as deficiências mentais, visuais, autismo, TDG, auditivo e alunos com Déficit de Atenção.

São realizadas atividades em grupos, e individuais. Dessa forma, escolhidos no planejamento com temas geradores, tais como: identidade, valores básicos a uma boa convivência em grupo, promoção e estímulo a linguagem oral, desenvolvimento da criatividade, desenvolvimento da consciência fonológica etc.

Inicialmente é feito um diagnóstico de cada aluno pelo professor da sala regular para que possa ser encaminhado com as suas dificuldades para o professor de AEE que é a equipe responsável pelos alunos com necessidades educacionais especiais, e a partir desse momento traçamos atividades para alcançar as potencialidades dos alunos e desenvolvê-las da melhor maneira possível.

Com os alunos com deficiência auditiva é trabalhada a linguagem de Sinais, LIBRAS com atividades direcionadas para alfabetização, sinalização da sala em Língua Portuguesa e Libras; atividades de situações problemas, cálculos matemáticos e números.

Observo que o desenvolvimento tem sido satisfatório com matérias recebido pelo SECAD específicos para cada deficiência além da confecção do material concreto pelos professores das salas de AEE com apoio da família, intérprete de Libras e Braille.

O município realiza Formação continuada buscando competência para incluir com carga horária de 80 horas para os professores das salas de AEE, e sala regular interprete e cuidadores.



O planejamento, além de dar subsídios ao professor, contribui para uma organização da escola como um todo. Como a escola sempre está recebendo indivíduos com diferentes culturas, a cada dia vem se discutindo melhoramentos no processo do planejamento no espaço escolar para que a mesma possa atender as necessidades do público que está recebendo, e que esteja adequada às constantes transformações no ambiente escolar.

Dentre as definições existentes sobre planejamento, é algo bem amplo que pode ser compreendido de várias formas sendo que também pode ser compreendido como,

O planejamento enquanto construção-transformação de representações é uma mediação teórica metodológica para ação, que em função de tal mediação passa a ser consciente e intencional. Tem por finalidade procurar fazer algo vir à tona, fazer acontecer, concretizar, e para isto é necessário estabelecer as condições objetivas e subjetivas prevendo o desenvolvimento da ação no tempo. (Vasconcellos:2000, p. 79)

Segundo a definição que Vasconcellos (2000) atribui para o ato de planejar, podemos perceber que este tipo de metodologia visa a integração do indivíduo com a sociedade buscando realizações de ações articuladas dentro de um processo teórico-metodológico.

A metodologia do planejamento escolar enquadra-se no cenário da educação como uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos da sua organização e coordenação em face dos objetivos propostos; quanto a sua previsão e adequação no decorrer do processo de ensino.

Segundo Libâneo (1994), o planejamento tem grande importância por tratar-se de: “Um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social”.

Com base no que diz os PCN's sobre o nível de projeto educativo: O projeto educativo precisa ter dimensão de presente, a criança, o adolescente, o jovem vive momentos muito especiais de suas vidas; vivenciam tempos específicos da vida humana e não apenas tempos de espera ou de preparação para a vida adulta. Daí a importância de a equipe escolar procurar conhecer, tão profundamente quanto possível, quem são seus alunos, como vivem, o que pensam, sentem e fazem. Quando os alunos percebem que a escola atenta às suas necessidades, os seus problemas, as suas preocupações, desenvolvem autoconfiança e confiança nos outros, ampliando as possibilidades de um melhor desempenho escolar; isso vale também para os adultos que trabalham na escola ou que estão de alguma forma, envolvidos com ela: professores, funcionários, diretores e pais. (BRASIL, 1997, p. 87)



Atendimento Educacional Especializado tem por objetivo ampliar o ponto de partida e de chegada do aluno em relação ao seu conhecimento.

Não se atém a solucionar os obstáculos da deficiência, mas criar outras formas de interação, de acessar o conhecimento particular e pessoal. È de caráter educacional, mas ao contrário da escola que trabalha o saber universal, o AEE trabalha com o saber particular do aluno, aquilo que traz de casa, de suas convicções visando propiciar uma relação com o saber diferente do que possui ampliar sua autonomia pessoal, garantir outras formas de acesso ao conhecimento (como por exemplo, através do BRAILLE, uso de tecnologia, uso de diferentes estratégias de pensamento.

4 Considerações finais

A inclusão implica na mudança de políticas educacionais e de implementação de projetos educacionais do sentido excludente ao sentido inclusivo.

Para fazer a inclusão acontecer não existe uma receita pronta, mas existem aspectos que devem ser considerados e discutidos: é preciso uma política pública com maior clareza no referencial conceitual quanto às necessidades educativas especiais; maior clareza nas metas estabelecidas, observando prioridades como a adaptação curricular e com avaliação constante de todo processo.

Educação Especial é muito mais do que uma escola especial, sua prática não precisa estar limitada a um sistema paralelo de educação, e sim fazer parte da educação como um todo, acontecendo nas escolas regulares e constituindo-se em mais um sinal de qualidade em educação, quando oferecida a qualquer aluno que dela necessite.

A educação inclusiva no modelo atual é um desafio que nos obriga a repensar a escola, sua cultura, sua política e suas práticas pedagógicas. Dessa forma estará atendendo não somente aqueles com deficiência, mas todos aqueles atualmente marcados pelo ciclo de exclusão e do fracasso escolar.

5 Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 7.853**, de 24 de outubro de 1989.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

BRASIL. **Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. **Lei Nº. 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Nº 2.678**, de 24 de setembro de 2002. Disponível em: <[ftp://ftp.fnde.gov.br/web/resolucoes_2002/por2678_24092002.doc](http://ftp.fnde.gov.br/web/resolucoes_2002/por2678_24092002.doc)> Acesso em: 02 de Ago. De 2015.

BRASIL. Ministério Público Federal. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular de ensino**. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (Orgs). 2ª ed. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília:** Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.

CONSELHO Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. "**Proposta de regulamentação da Lei 9.394/96**" e "**Trabalho preliminar de interpretação da LDB**". Brasília, 1997.

Educação inclusiva: v. 1: **A fundamentação filosófica** / coordenação geral SEESP/MEC; organização Maria Salete Fábio Aranha. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo. Editora Cortez. 1994.

MANTOAN, Maria Tereza Eglêr. **Inclusão escolar: o que é ? por quê? Como fazer?.** São Paulo: Moderna, 2005.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: Contextos Sociais**. São Paulo: Artmed, 2003.

Perrenoud, P. **Novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PLETSCH, M. D. & GLAT, R. **Pesquisa-ação: estratégia de formação continuada para favorecer a inclusão escolar**. Artigo aceito para publicação na Revista Espaço do INES, Rio de Janeiro, 2010. Para favorecer a inclusão escolar. Artigo aceito para publicação na Revista Espaço do INES, Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Educação Especial e Educação inclusiva: uma radiografia do atendimento educacional especializado nas redes de ensino da Baixada fluminense/RJ**. Cie.Hum.e Soc. Em Rev, RJ, EDUR, V.34, N.12,jan/jun, p. 31-48, 2012.

TARTUCI, D.; FLORES, M. M. L.; BERGAMASCHI, E. M. M.; DEUS, D. C. M. de. **Avaliação e o atendimento educacional especializado**. In: Revista Poíesis Pedagógica, v. 12, n.1, p. 67-93, Catalão, jan./jun. de 2014.



II CINTEDI
II CONGRESSO INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA
II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva

16 a 18
NOVEMBRO
2016
LOCAL DO EVENTO
CENTRO DE CONVENÇÕES
RAYMUNDO ASFORA
GARDEN HOTEL
CAMPINA GRANDE-PB

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico**. Libertad-1. 7º Ed. São Paulo, 2000.0000

